

## 6 Conclusão

A presente dissertação tinha por finalidade mostrar que na ordem do pós-Guerra Fria o referencial orientador da política externa dos Estados Unidos passou a ser a estratégia da Primazia. Para chegar a esta conclusão, antes era preciso conhecer a “estratégia” da política externa norte-americana vigente durante a Guerra Fria, para então poder apontar a transição para a estratégia vigente no pós-bipolaridade. Por isso, foi preciso analisar a política externa dos Estados Unidos desde o início da Guerra Fria até a atual gestão do Presidente George W. Bush. Ao longo deste estudo, portanto, além da principal conclusão - a constatação da transição no referencial orientador da política externa dos EUA no pós-Guerra Fria - outras “conclusões” puderam ser apreendidas.

Nesse sentido, em relação ao período bipolar, a principal constatação certamente foi a de que a Doutrina da Contenção foi de fato o referencial orientador da política externa dos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria. Não porque a União Soviética estivesse realmente expandindo-se sobre todo o Ocidente, mas porque, ante as circunstâncias, a Contenção apresentava-se como a melhor opção, se não a única, bem como era a que melhor atendia os interesses norte-americanos.

É preciso lembrar que a União Soviética, juntamente com os EUA, - embora com um poderio muito inferior – havia emergido como a segunda grande potência do pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo de Washington, portanto, de projetar seu poder, mediante suas instituições internacionais e multinacionais, esbarrou no surgimento da União Soviética e de sua esfera de influência.

Com efeito, a URSS representou um “obstáculo” à expansão posta em curso pelos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial. Por isso, para projetar seu poder globalmente, os norte-americanos tinham que derrotar os soviéticos. É nesse contexto, que surge a Doutrina da Contenção. Após a obtenção de armas nucleares pela União Soviética em 1949, esta doutrina apresentava-se como a estratégia

mais adequada para “derrotar” os soviéticos, tanto em função do perigo de uma guerra nuclear, como também porque esta doutrina atendia os interesses dos Estados Unidos - vale salientar que outras alternativas à Contenção foram aventadas pelo governo norte-americano como, por exemplo, a guerra preventiva, porém, foram descartadas.

Por sua vez, embora os primeiros esboços da Contenção já tivessem sido elaborados desde 1946, foi somente após a obtenção de armas nucleares pela União Soviética (1949) que os Estados Unidos “adotaram” de fato esta doutrina como guia para sua política externa. Assim, a Contenção tornou-se realmente o referencial da política externa norte-americana durante de toda Guerra Fria.

Assim, o objetivo de derrotar o “inimigo soviético” mediante a Doutrina da Contenção permaneceu orientando a política externa de sucessivos presidentes ao longo da Guerra Fria. É evidente que, levando-se em conta a situação internacional vivida pelo país em momentos específicos ao longo desses, cada presidente procurou atingir este objetivo da forma que considerou mais adequada, necessária ou possível. De qualquer forma, apesar das distintas maneiras de se implementar a Doutrina da Contenção, o objetivo permanecia o mesmo. Como ressalta Sorensen:

“Through nine administrations and 22 Congresses, virtually every dimension and deployment of our armed forces, virtually every weapon system developed, diplomatic move taken and foreign dollar expended have been shaped primarily by the need to wage and win the Cold War..”(1990, p. 4).

O estudo da Doutrina da Contenção, por sua vez, mostrou que esta doutrina assumiu funções distintas em relação a países diferentes. Nesse sentido, ela também serviu os interesses dos Estados Unidos dentro de sua esfera de influência. Assim, se em relação à União Soviética, os EUA buscaram realmente contê-la com o propósito de que esta estratégia levasse seu império a ruir. Dentro da esfera de influência ocidental, a Contenção serviu para legitimar a hegemonia dos EUA junto às grandes potências, bem como serviu de retórica para dissimular o expansionismo americano sobre a periferia do Ocidente.

Dessa maneira, no que diz respeito à abordagem de Washington em relação às potências aliadas, pode-se dizer que em troca à “proteção” que os Estados Unidos concediam às potências aliadas, estas aceitavam as ordens de

Washington.<sup>1</sup> Assim, o surgimento da URSS como potência, ao mesmo tempo em que impediu o estabelecimento de uma hegemonia norte-americana em nível global, facilitou o exercício dessa hegemonia sobre o bloco ocidental.<sup>2</sup> Desse modo, sempre ressaltando o perigo que a “alternativa” soviética apresentava, a América “controlava estrategicamente o resto do planeta, com a benção de uma infinidade de aliados e clientes cuja prioridade era a luta contra o sistema soviético. Foi com a concordância de uma boa parte do mundo que se instalou a hegemonia americana.” (Todd, 2003, p. 24).

Em contrapartida, a contenção aos soviéticos não poderia ser realizada sem o apoio das potências aliadas. Por isso, para obterem sucesso no combate aos soviéticos, os norte-americanos não podiam empreender ações unilaterais ou desconsiderar interesses de países aliados. O tratamento dispensado aos países da periferia ocidental, entretanto, foi muito diferente daquele concedido às potências.

Com efeito, durante todo período bipolar, os Estados Unidos recorreram à retórica da “contenção aos comunistas” para realizar intervenções sobre os países da periferia. No entanto, essas ações norte-americanas ocorriam dentro da zona de poder estadunidense. Os EUA não interferiam na esfera de influência soviética. Sempre que Washington tinha interesses – fossem eles econômicos, políticos ou estratégicos - em determinado país da periferia, recorria-se à oratória da luta contra os comunistas para justificar eventuais intervenções - diretas ou indiretas.

Assim, o uso do discurso da Contenção permitiu às sucessivas administrações americanas arregimentar apoio interno, realizar ações expansionistas na periferia e elevar os gastos militares. Destarte, o conceito “elástico” da Doutrina da Contenção mostrou-se de fato adequado ao interesse nacional dos EUA durante a contenda bipolar: “ Pode-se dizer que a hegemonia norte-americana entre os anos de 1950-1990 sobre a parte não-comunista do planeta chegou a merecer o nome de império. Seus recursos econômicos, militares e ideológicos deram à ‘América’ todas dimensões de potência imperial.” (Todd, 2003, p. 77-98).

---

<sup>1</sup> “Since 1949 US and European security interests had been tied together through the structure of NATO and a shared view of the Cold War.”(Ryan, 2000, p. 171).

<sup>2</sup> Como “bloco ocidental”, quero dizer todos os países que estavam sob a influência dos EUA no contexto bipolar, incluindo os países que se encontravam no continente asiático, como o Japão, por exemplo.

Constatado, portanto, que a Doutrina da Contenção foi, de fato, o referencial orientador da política externa dos Estados Unidos ao longo do conflito bipolar; o próximo passo da dissertação foi apresentar a mudança de referencial. Destarte, para se chegar à conclusão de que houve a adoção de uma nova estratégia para a política externa dos EUA, o estudou baseou-se em quatro evidências importantes: o fim da Doutrina da Contenção; a formação de um novo consenso no âmbito acadêmico em torno da estratégia da Primazia; a explicitação da estratégia da Primazia num documento oficial do governo norte-americano, vazado à imprensa em 1992, o DPG; e, por fim, a evidência empírica de que os presidentes norte-americanos do pós-Guerra Fria, apesar de táticas diferentes, têm procurado atingir o objetivo da estratégia da Primazia, qual seja, a manutenção do “mundo unipolar” dos Estados Unidos.

Nesse sentido, assim como previra Kennan, no final da década de 1980 a União Soviética definhava e caminhava para o seu desmembramento. Os Estados Unidos haviam atingido seu objetivo, ou seja, tinham derrotado os soviéticos, vencendo, portanto, a contenda bipolar. A Doutrina da Contenção, por sua vez, havia perdido sua utilidade:

“ When the Cold War ended and the Soviet Union disintegrated in 1991, the United States found itself in a new strategic situation. The demise of the Soviet threat left the United States unchallenged as the world’s only superpower. Containment, the grand strategy that Washington had followed since the late 1940s, could no longer serve as a guide for American policy.” (Sean M. Synn-Jones, 2001, p. Xi).

Com a queda do império soviético, os Estados Unidos passaram a ser *primus solus* no sistema internacional. Na ausência de um *peer competitor*, portanto, a América poderia dar continuidade ao seu objetivo de expandir seu poder globalmente - objetivo este que fora interrompido com o surgimento da União Soviética e o início da Guerra Fria. Segundo Michael Mandelbaum (2002), a “americanização” do mundo ocidental - via a expansão da democracia e dos mercados - foi ocultada durante a Guerra Fria. Finda a contenda bipolar, portanto, Washington poderia “americanizar” o mundo todo.

Para realizar tal objetivo, formou-se nos EUA um novo consenso em torno de uma nova grande estratégia: a Primazia. O objetivo precípua desta era justamente consolidar e preservar o “momento unipolar” dos Estados Unidos. Com efeito, no pós-Guerra Fria, o objetivo dos Estados Unidos tem sido

preservar, ou aumentar, seu poder em relação às potências, bem como projetar seu poder sobre a periferia global. A estratégia da Primazia passa a ser então o novo referencial orientador da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria.<sup>3</sup> Segundo Todd: “Após o desmoronamento soviético e logo russo também, a América julgou-se capaz de estender sua hegemonia ao planeta como um todo...”(2003, p. 226).

Nesse sentido, ao analisar os debates acadêmicos acerca da política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, foi possível concluir que a grande maioria dos autores têm travado discussões em torno da durabilidade e das implicações do “momento unipolar” dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Porém, poucos autores contestam a supremacia norte-americana. Da mesma forma, há quase um consenso de que no pós-Guerra Fria, o objetivo de Washington é tentar prolongar este “momento” indefinidamente. O fato mais revelador, por sua vez, é que a maioria desses intelectuais apóia a estratégia da Primazia.

Ao analisar criticamente outras estratégias aventadas no pós-Guerra Fria, o que se nota é uma falta de compreensão por parte de muitos analistas norte-americanos. Excluindo-se o (neo)isolacionismo, que era de fato uma estratégia pouco provável ante um contexto unipolar, os objetivos das estratégias do Engajamento Seletivo e da Segurança Cooperativa não são incompatíveis aos da Primazia. Os objetivos de ambas estratégias configuram, na verdade, “meios” de se operacionalizar a estratégia da Primazia.

No que toca à Segurança Cooperativa, segundo os intelectuais que defendem esta estratégia, seu o principal objetivo é a paz mundial. Esta, por sua vez, deve ser alcançada mediante a cooperação internacional e por meio de instituições internacionais. Ora, o objetivo desta estratégia não vai de encontro à Primazia. Pelo contrário, interessa aos EUA, enquanto potência *status quo*, manter

---

<sup>3</sup> É importante salientar que, apesar da adoção de uma nova estratégia num contexto diferente, o pragmatismo e a tática - de “dois pesos duas medidas” - na implementação da política externa dos Estados Unidos permanecem presentes. O raio de atuação da política externa norte-americana, porém, é muito maior no pós-Guerra Fria. Segundo Irving Kristol: Privately and unofficially [...] All American administrations, without exception, find themselves discreetly wandering down a third track. The media and policymakers usually describe this as "pragmatism" [...] Pragmatism is very much in the American vein, suggesting as it does the adaptation of ideals to reality, not the abandonment of those ideals. Still, this does lead to recurrent denunciations by righteous moralists of American foreign policy as hypocritical, which it inevitably and necessarily is. (1996, p. 2).

a paz internacional - desde que obviamente não se tente contestar a unipolaridade americana.

A cooperação internacional e o uso de instituições internacionais, por seu turno, tampouco são incompatíveis à Primazia. Bill Clinton, por exemplo, cooperou com as grandes potências e recorreu aos organismos internacionais, e, nem por isso, abdicou da estratégia da Primazia. Pelo contrário, utilizou esses “instrumentos” para preservar a unipolaridade dos EUA.

Em relação ao Engajamento Seletivo, segundo seus defensores, o objetivo precípuo desta estratégia é assegurar a paz entre as grandes potências, sobretudo na região da Eurásia - Europa e Leste Asiático. E isso deve ser feito mediante o equilíbrio de poder. Em primeiro lugar, cumpre salientar que, de fato, a lógica desta estratégia - equilíbrio do poder - vai de encontro à lógica da Primazia - desequilíbrio de poder enquanto mantenedor da paz.

Não obstante, apesar de apresentar uma lógica distinta, o objetivo do Engajamento Seletivo, o de manter a paz entre as grandes potências, não é incompatível com a estratégia da Primazia. Como dito, enquanto potência *status quo*, interessa aos EUA conservar a paz, principalmente, em relação às grandes potências. Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo do Engajamento Seletivo - manter a paz entre as potências - é um dos “meios” que Washington possui para preservar sua primazia. Em contrapartida, na estratégia da Primazia, os EUA pretendem assegurar esta paz mantendo-se como a única superpotência. Já o Engajamento Seletivo sustenta que a paz só virá mediante o tradicional equilíbrio de poder. Num mundo unipolar, portanto, como o do pós-Guerra Fria, a estratégia do Engajamento Seletivo pouco interessa aos Estados Unidos.

Na realidade, ao observar a política externa dos Estados Unidos do pós-Guerra Fria, a conclusão a que se chega é a de que há realmente um consenso em Washington em relação à manutenção da primazia dos Estados Unidos. As diferenças de abordagem das duas administrações não podem ser escamoteadas, mas, se as linhas de continuidade forem salientadas, as orientações em política externa do atual presidente constituem o passo seguinte numa lógica de preservação hegemônica iniciada ainda no governo de Bush pai.

Democratas e republicanos entendem que o exercício da Primazia internacional admite diferenças de abordagem, mas ambos convergem quanto à

inevitabilidade de o país continuar a desempenhar um papel hegemônico a nível mundial. Preferivelmente, utilizando *soft power* para conduzir acontecimentos e produzir os resultados desejados. Não obstante, quando o consenso entre os EUA e a comunidade internacional se revela inatingível, tanto democratas como republicanos assumem que a “liderança” americana fatalmente passará pela ação unilateral ou o uso da força.

Assim, o que muda de um presidente em relação ao outro é apenas a forma de operacionalização da estratégia. Semelhante à Contenção, a estratégia da Primazia tem-se manifestado de maneiras diferentes, ou seja, as táticas de sua implementação podem variar: determinados governos podem recorrer mais ao “poder brando” e empreender uma política externa mais cooperativa, ao passo que outros podem optar por uma via mais militarista e unilateral.

A despeito dos diferentes estilos, a lógica da estratégia da Primazia – da paz pelo desequilíbrio de poder - esteve presente nos discursos dos três presidentes do pós-Guerra Fria. George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush recorreram ao argumento de que a manutenção dos EUA como única superpotência mundial geraria estabilidade no sistema internacional, uma vez que desestimularia outros países a competir com a América. Esses países não precisariam se preocupar, pois os Estados Unidos atuariam como o “policia global” da seara internacional.<sup>4</sup>

Assim, desde o governo de Bush pai, os EUA já vêm agindo segundo esta lógica na arena internacional. A prova disso está no fato de que os Estados Unidos aumentaram ainda mais sua supremacia em relação ao resto do mundo ao longo dos anos 90 - em todos os aspectos, mas principalmente no campo militar. Segundo Zakaria:

It is now clear that the current era can really have only one name, the unipolar world - an By contrast, the United States will spend as much next year on defense as the rest of the world put together (yes, all 191 countries). And it will do so devoting 4 percent of its GDP, a low level by postwar standards. (2003, p. 12).

O que se tem observado, entretanto, é que a primazia dos Estados Unidos, ao contrário do que seus defensores alegam, não tem trazido mais estabilidade ao mundo. Até porque, cada governo em exercício tem um estilo diferente de

---

<sup>4</sup> Exemplo do discurso que está presente nos três governos do pós-Guerra Fria: “America has, and intends to keep, military strengths beyond challenge thereby, making the destabilizing arms races of other eras pointless, and limiting rivalries to trade and other pursuits of peace.” (Bush, West Point, 2002).

implementar a estratégia da Primazia. O governo Clinton, por exemplo, manteve a primazia norte-americana ao mesmo tempo em que procurou empreender uma política externa de caráter cooperativo. Entretanto, mesmo o governo Clinton, não hesitou em agir unilateralmente e recorrer à força quando “considerou necessário” para salvaguardar os interesses dos EUA.

O problema está justamente no fato de que, num mundo unipolar, o mundo fica à mercê do poder discricionário dos Estados Unidos. Isso porque, num contexto de anarquia jurídica e normativa, as relações de poder ganham um significado decisivo. E, apesar de os defensores da estratégia da Primazia - praticamente todo *establishment* do meio acadêmico e *policymakers* - posicionarem-se contra o uso excessivo de ações unilaterais e do uso da força, existe um consenso de que os EUA devem, sim, agir unilateralmente e empregar a força para defender os “interesses nacionais” do país.<sup>5</sup>

A grande questão é que, além de “interesses nacionais” ser um conceito subjetivo que pode justificar praticamente qualquer medida, os EUA são uma superpotência de projeção global. Assim, é inevitável que ações tomadas por outros países não “interfiram” de alguma forma nos “interesses nacionais” norte-americanos, o que justificaria retaliações por parte dos Estados Unidos. Destarte, a hegemonia de uma única superpotência provoca um profundo sentido de vulnerabilidade na comunidade internacional.

Conclui-se, portanto, que, devido à natureza anárquica do sistema político internacional, onde não há uma autoridade central que regule o uso da força, os Estados Unidos têm uma liberdade excessiva para fazer guerras ou para adotar comportamentos unilaterais, sem ter de levar em conta os interesses dos outros Estados.<sup>6</sup> Mesmo sem recorrer à guerra, Washington dispõe de poder para alterar

---

<sup>5</sup> “In all cases, the nature of our response must depend on what best serves our own long-term national interests [...] being willing to act unilaterally when our direct national interests are most at stake.” (NSS, 1995, p.7). Como salienta Hirsh: “Today's unilateralism, in other words, has less to do with the peculiarities of Bush's ‘cowboy’ mindset or even exceptionalism than with the sheer inequality in hard power between the United States and the rest of the world -- especially Europe, which is where most of the complaints come from. America behaves unilaterally because it can.” (2002, 19).

<sup>6</sup> Ainda mais uma nação como os Estados Unidos, que por se achar “excepcional”, tem a intenção de remodelar o sistema internacional segundo a sua imagem. Muitos autores afirmam que o mito da “excepcionalidade americana” é de conhecimento dos governantes norte-americanos e que este sentimento não passa de puro nacionalismo. Os mesmos sabem que a América não é especial e só recorrem a esta retórica para persuadir o povo americano a apoiar suas ações expansionistas. Em contrapartida, há autores que sustentam que os americanos de uma maneira geral, e os governantes não são exceção, de fato acreditam que a América é uma nação especial e que, portanto, “devem”

as regras de funcionamento do sistema internacional, de modo a preservar sua posição unipolar e a defender os seus interesses.

Os *policymakers* norte-americanos têm total liberdade na formulação de suas políticas. Grande parte dos decisores governamentais de outros Estados trabalha sob restrições. Os mesmos são obrigados a escolher os cursos de ação possíveis, sempre se atentando para as eventuais conseqüências que suas escolhas possam acarretar. Dada a primazia dos EUA, os formuladores norte-americanos não possuem essas restrições. Na verdade, a política externa dos EUA opera atualmente no campo das escolhas, ou seja, das “suas escolhas”, enquanto outros países atuam no campo das necessidades.

Não se pode, portanto, desprezar o fator estrutural das relações internacionais. Com efeito, embora a estratégia da Primazia não tenha nenhuma ligação direta com ações unilaterais, não se poder negar o fato de que, em sendo a única superpotência, os Estados Unidos considerem mais ágil e “fácil” atuar unilateralmente em muitas situações do que ter que “perder tempo” buscando consensos.<sup>7</sup>

Ainda mais numa situação em que os EUA não são mais obrigados a ter que levar em consideração os “interesses” das potências aliadas, como durante a Guerra Fria. De fato, o esquema bipolar que, garantira a unidade do bloco “ocidental” contra a União Soviética, chegara ao fim no final da década de 1980. A ausência de um inimigo comum implicou no fim de objetivos comuns.

Nesse sentido, o sentimento de instabilidade e insegurança, representado por um sistema unipolar, tem crescido na comunidade internacional, principalmente, após a ascensão de George W. Bush ao poder. É evidente que a forma pela qual Bush tem empreendido a política externa norte-americana tem sido mais unilateral do que aquela levada a cabo pelo governo Clinton. E que o extremismo na condução da estratégia da Primazia também reflete a influência dos neoconservadores, sobretudo, após o 11 de setembro.

---

propagar seus valores ao mundo, tornando-o um mundo melhor. De todo modo, ambas as visões apontam que os EUA tendem a projetar seu poder no mundo, seja por puro realismo ou idealismo. Ambas visões mostram que o “povo americano” em geral acredita realmente que seu país é especial

<sup>7</sup> Como salienta Mastanduno: “In the unipolar structure the international constraints have been lifted, and, in the absence of clear signals from the international structure, intervention policy should become more haphazard and episodic.” (1997, 49-88).

De todo modo, o fato de não haver um contrapeso ao poderio dos Estados Unidos aumenta muito a instabilidade mundial durante administrações como a de George W. Bush. Hoje, muitos torcem para que George Bush perca as eleições presidenciais de 2004. Entretanto, mesmo que isso venha a se concretizar e o extremismo na implementação da estratégia da Primazia ceda espaço a um estilo “clintoniano”, as “marcas” deixadas pelas ações do governo Bush irão permanecer.

A criação da Lei antiterrorismo é um exemplo disso. Desde sua formulação, os cidadãos norte-americanos viram uma de suas grandes conquistas, os direitos civis, serem limitados. Aprovada com unanimidade pelo congresso norte-americano logo após os atentados de 11 de setembro, esta nova legislação prevê a ampliação do poder das agências federais e locais, a instalação de tribunais militares de exceção e a prisão de suspeitos - e a sua eventual deportação. A nova lei também permite, sem autorização judicial, o monitoramento de telefones, computadores e correio, o controle de movimentação bancária e a invasão de privacidade.

Além disso, criou-se o Departamento de Segurança Doméstica (Office of Homeland Security), a cargo do ex-governador da Pensilvânia, Tom Ridge, cujo objetivo é articulação interna de ações de combate ao terrorismo. Ou seja, independentemente da alternância presidencial, dificilmente essas medidas tomadas pelo governo Bush serão revertidas. Ainda mais, se o terrorismo de fato vier para ficar, como parece ser o caso.

Caso isso de fato ocorra, o Presidente George Bush será, assim como fora o governo de Harry Truman, o primeiro de uma nova era a iniciar mudanças na burocracia governamental dos EUA com o propósito de prepará-la para lidar com esta nova ameaça.

Com efeito, a ameaça terrorista aos Estados Unidos é real, mas suas proporções têm sido exageradas de acordo com os propósitos políticos do governo Bush, que manipulou o trauma nacional provocado pelos ataques para implantar uma transformação de grande escala da política externa americana. A “guerra contra o terror” se sustenta na difusão de uma cultura do medo onde cada vitória

---

dos EUA é vendida ao público como um passo importante, mas insuficiente, na luta pela segurança nacional.

A partir dos atentados de 11 de setembro, portanto, a implementação da estratégia da Primazia é facilitada. Os ataques terroristas às torres gêmeas suprimiram uma necessidade da política externa, ou seja, um inimigo para combater. Nesse sentido, após os ataques terroristas, o governo Bush que, até então, vinha implementando a estratégia da Primazia sem recorrer a retórica alguma, formula a chamada Doutrina Bush. Com esta, a administração republicana passou a justificar suas ações com base na retórica da “guerra ao terror”.

De fato, o novo “inimigo” dos EUA, o terrorismo, certamente ajudará na dissimulação da estratégia da Primazia. Assim, se, durante a Guerra Fria, o discurso da “contenção aos comunistas” serviu para justificar ações expansionistas norte-americanas sobre a periferia ocidental; na ordem unipolar do pós-Guerra Fria, a “guerra ao terror” legitimará as intervenções de Washington. Desta vez, porém, o raio de atuação da superpotência é global. Há o perigo de que o mundo venha a se transformar na “próxima América Latina”.

Na verdade, isso já vem ocorrendo no governo de George W. Bush. Os ataques ao Afeganistão e ao Iraque mostraram ao mundo o que pode acontecer com os países que não seguirem as regras de Washington<sup>8</sup>- sobretudo, os países que ainda não se “enquadraram” ao modelo norte-americano de democracia de livre-mercado; na prática, mais livre-mercado do que democracia.

No que diz respeito à invasão do Iraque, ficou claro que um vasto poder econômico só tem relevância em assuntos econômicos. A Europa aprendeu com a invasão do Iraque o que o Japão aprendeu durante a primeira Guerra do Golfo. A Europa pode ter voz ativa na Organização Mundial do Comércio e em questões antitrustes contra multinacionais norte-americanas. Porém, assim como o Japão viu que não estava preparado para ser a nova Roma do pacífico quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait, a Europa nada pôde fazer quando os EUA decidiram invadir o Iraque, a não ser protestar.

---

<sup>8</sup> Como já foi dito, é claro que a intenção de atacar o Iraque já existia e só foi possível em razão dos ataques de 11 de setembro e da influência dos neoconservadores. De qualquer forma, num mundo unipolar, os países da periferia do sistema internacional tornam-se suscetíveis, sempre que a administração norte-americana estiver nas mãos de grupos que sejam mais radicais na busca pela primazia dos Estados Unidos.

Outra conclusão a ser retirada do ataque ao Iraque foi a importância das armas nucleares num contexto unipolar. O poder nuclear norte-coreano foi fundamental para dissuadir Washington de qualquer tentativa de invadir preventivamente a Coreia do Norte. Caso Pyongyang não detivesse um poder dissuasório, não resta dúvida de que, além de Saddam Hussein, King Jong Il também teria ligações com a rede terrorista da Al-Qaeda. Ou seja, a mensagem é clara: num mundo onde uma única superpotência governa sem rivais, o poder dissuasório das armas nucleares têm um papel relevante a desempenhar.

Na realidade, após o 11 de setembro, ao reagir unilateralmente, o governo Bush perdeu uma grande oportunidade de, assim como na Guerra Fria, justificar a hegemonia dos Estados Unidos junto às demais potências com base no discurso da “luta contra o terror”. Essa retórica poderia mais uma vez unir os países sob a “proteção” de Washington. A única diferença é que, na luta contra o terror, o “império a convite” seria estendido globalmente.

Essa hipótese, por sua vez, não pode ser descartada. O terrorismo é de fato uma ameaça que preocupa a comunidade internacional e, caso houvesse tido uma atitude diferente por parte dos EUA no pós-11 de setembro, a administração Bush não teria dificuldades em legitimar sua liderança. Até porque, os EUA são o único país com capacidade de projetar seu poder a longa distâncias. Além disso, se para muitos países europeus, o terrorismo ainda não era considerado uma ameaça, passou a sê-lo após os atentados terroristas de Madri, praticados em 11 de março de 2004. Então, tudo dependerá da forma pela qual o próximo presidente dos Estados Unidos irá abordar desta questão. Isso porque o terrorismo parece ter vindo para ficar.

Uma conclusão importante deste estudo é que o “radicalismo” do governo Bush na implementação da estratégia da Primazia não tem rendido muitos frutos à América. Pelo contrário, tem aumentado o sentimento antiamericanista no mundo. Além disso, a invasão do Iraque também tem se revelado mais um problema do que uma solução. Saddam Hussein foi deposto, mas a resistência à ocupação norte-americana tem resultado no tão temido pesadelo de um “atoleiro” para as tropas americanas de ocupação.<sup>9</sup> O número de soldados dos EUA mortos após o

---

<sup>9</sup> Está em curso no Iraque um conjunto de guerras de resistência à ocupação estrangeira contando inclusive com voluntários de outras nações muçulmanas. Simultaneamente, conflitos violentos entre os grupos iraquianos que disputam o poder no país, que corre o risco de guerra civil. Há

fim oficial da guerra já superou, e muito, as baixas durante o conflito. Ted Kennedy (2004) chegou a afirmar que “o Iraque é o Vietnã de Bush.”<sup>10</sup>

Um padrão semelhante ocorre no Afeganistão, onde os grupos rivais continuam a contestar o poder da coalizão posta no poder pelos EUA. As forças estrangeiras controlam apenas a capital e algumas bases estratégicas. A decisão americana de transferir o fardo da ocupação para a OTAN é um indicador de que o mesmo pode ocorrer no Iraque, como uma estratégia para diminuir os custos para os americanos e tentar obter alguma legitimidade internacional para a manutenção de seu domínio sobre o país.

Na realidade, mesmo os defensores mais ferrenhos da estratégia da Primazia têm criticado a forma pela qual o governo de George W. Bush tem procurado preservar a unipolaridade norte-americana, sobretudo no que tange à sua explicitação e ao uso excessivo de medidas unilaterais.<sup>11</sup> As palavras de Joseph Nye expressam bem isso:

“The other serious flaw, I think, was the proclaiming of American dominance as the central focus of our foreign policy. Now, I'm not against American dominance. I actually think it's good for the world. And I also believe that it's a fact of life, that whether one thought it was good or bad wouldn't matter. It's going to be there for another couple of decades. But touting it as the focus of our foreign policy, that we will knock down anybody who tries to get near us, is really violating Teddy Roosevelt's good advice, that if you have a big stick, for God's sake, speak softly.” (2003, p. 6).

Além disso, há muitas questões internacionais - como a proliferação de armas de destruição em massa, o narcotráfico e o próprio terrorismo - as quais os EUA simplesmente não podem tratar sozinhos, por maior que seja seu poderio.<sup>12</sup> Então, por mais benefícios que o unilateralismo possa trazer no curto prazo, no

---

diversos movimentos que lutam contra os americanos, com ações de guerrilha e atentados terroristas. A recente retirada de tropas espanholas após a vitória do partido socialista nas eleições espanholas, e a possibilidade de que Honduras também retire seus soldados prejudica ainda mais a já instável situação no Iraque.

<sup>10</sup> Citado no jornal Valor Econômico, Abril de 2004, p. a11.

<sup>11</sup> Autores como Richard Hass, Fareed Zakaria, Joseph Nye, Michael Hirsh, Mastanduno, entre outros, são todos defensores da primazia norte-americana. Porém, criticam o unilateralismo exacerbado do governo de George W. Bush.

<sup>12</sup> Segundo Zakaria: “In many cases the United States simply can't “go it alone.” The current crises over North Korea, Iran's nuclear program and the leakage of fissile materials from Russia are all good examples.” 2003, p. 20). Ou, de acordo com Richard Hass: “On its own, the United States can do little to promote order. Too many of today's challenges – protectionism, proliferation, genocide - cannot be solved by one nation alone, either because cooperation is necessary to combat the problem, resources are limited, or both.” (1999, p. 44).

longo prazo ele acaba prejudicando a estratégia da Primazia, na medida em que os países tornam-se mais reticentes em cooperar com a superpotência.

Evidentemente que, sendo os Estados Unidos, detentor de interesses em todas as regiões do mundo, e confrontado com a necessidade de gerir a estabilidade, o país nunca poderá ser inteiramente moral, coerente ou multilateralista. Não obstante, caso os EUA continuem a pôr em prática uma política externa excessivamente unilateral e intervencionista, a percepção da comunidade internacional será a de que sua segurança só estará resguardada quando o sistema internacional deixar de ser unipolar e passar a ser bipolar ou multipolar. Até porque, se os EUA saírem em “busca de monstros para destruir”, em algum momento eles acabarão encontrando.

As ciências sociais não possuem uma teoria que nos permita prever a ascensão e queda de grandes potências. Não obstante, pode-se dizer que o tempo de duração do “momento unipolar” dos Estados Unidos dependerá muito do modo pelo qual o país vier a se inserir no sistema internacional nas próximas décadas.<sup>13</sup> Embora seja verdade que, independentemente do partido no poder, a política externa norte-americana não mudará muito em virtude do consenso em torno da estratégia da Primazia. Não é menos verdade que o “estilo” de implementação dessa estratégia será decisivo para a permanência ou não da ordem unipolar no futuro.

Destarte, se os próximos presidentes norte-americanos se conscientizarem que os interesses norte-americanos podem ser mais bem servidos por meio de alianças e de instituições multilaterais, certamente a primazia dos Estados Unidos perdurará por muito mais tempo. Os EUA gastarão um tempo maior na formação de alianças ou na busca de consenso em organismos internacionais. Ao fazê-lo, porém, a América diminuirá os protestos e a insegurança mundiais, compartilhará e dividirá os custos da resolução de problemas internacionais e, sobretudo, dará maior legitimidade às suas ações no sistema internacional. Assim, a probabilidade de os Estados Unidos preservarem seu mundo unipolar aumentará substancialmente. Pois como já dizia Rousseau: “The strongest is never strong

---

<sup>13</sup> Segundo Mastanduno: “..US officials must manage what might be called the arrogance of power. The dominant state in any international order faces strong temptations to go it alone, to dictate rather than to consult, to preach its virtues, and to impose its values.” (1997; 49-88).

enough to be always the master unless he turns might into right and obedience into duty.” (2004, p. 39).